



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 181/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 181/2020
PROCESSO LICITATÓRIO: 1717319/2020
PREGÃO ELETRÔNICO: 109/2020
REQUISIÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – RRP: 69/2020

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 181/2020, QUE ENTRE SI
CELEBRAM A PREFEITURA DE VITÓRIA – PMV E A EMPRESA
VILA VITÓRIA MERCANTIL DO BRASIL.**

As partes abaixo identificadas e devidamente representadas ajustam formalizar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, observadas as disposições da legislação vigente, em especial a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei Municipal nº 8.753/14 e suas alterações, Decreto Municipal nº 17.959/2019, e ainda de acordo com o Edital da Licitação realizada na modalidade Pregão Eletrônico n.º 109/2020, bem como o resultado da classificação das propostas apresentadas, que constituem partes integrantes deste instrumento independente de transcrição, mediante as cláusulas e condições que se seguem.

De um lado o **MUNICÍPIO DE VITÓRIA**, por intermédio da **SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO**, inscrita no CNPJ sob o n.º 27.142.058/0005-50, com sede à Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, n.º 1927, 2º andar, bloco "B", Bento Ferreira, Vitória/ES, CEP 29.050-945, neste ato representada pela autoridade competente da Central de Licitações, abaixo subscrita, e Presidente da Comissão de Registro de Preços – SEGES, Cristina Costa Ganen Berbet, adiante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

De outro lado, a empresa **VILA VITÓRIA MERCANTIL DO BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 14.024.944/0001-03, estabelecida na RODOVIA GOVERNADOR JOSÉ SETTE, nº 20, GALPÃO 01, SANTANA, CARIACICA/ES, Telefone/Fax: (27) 3386-0444, E-mail: licitacao@vilavitoriamercantil.com.br, representada por seu procurador, Sr (a). Wanderson Giliardi Caetano Piris, portador(a) do RG n.º 1.580.220/ES e inscrito no CPF sob n.º 085.380.997/60, adiante denominada **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta ATA, futuras e eventuais aquisições de **KITS ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, conforme especificações e quantidades detalhadas no subitem 3.2.

1.2. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR ficará obrigado a atender a todos os pedidos efetuados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, respeitados os quantitativos registrados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. Integram a presente Ata de Registro de Preços, mediante anuência aos procedimentos realizados pelo Órgão Gerenciador na qualidade de Órgãos Participantes:

2.1.1. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, inscrita no CNPJ sob o nº 27.142.058/0009-83, com sede à Rua Doutor Arlindo Sodré, nº 485, Itararé, Vitória/ES, CEP: 29.047-500.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O valor global desta ATA é de **R\$ 4.948.398,00** (quatro milhões, novecentos e quarenta e oito mil reais e trezentos e noventa e oito centavos).

3.2. Os valores unitários dos itens registrados são os constantes da tabela abaixo:

| LOTE | ITEM | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | UNID | QTD | VALOR UNITÁRIO R\$ | VALOR GLOBAL R\$ |
|---------------------------|------|----------------|--|------|--------|--------------------|-------------------------|
| 01 | 01 | 3.96.03.0072.9 | KIT ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. Composição: Arroz [02kg]; Feijão, preto [01 kg]; Leite em pó, integral [400 g]; Óleo de soja [900 ml]; Fubá [01 kg]; Açúcar cristal [01 kg]; Macarrão, espaguete [500 g]; Canjiquinha [01 kg]. | kit | 148200 | 33,39 | 4.948.398,00 |
| VALOR TOTAL DA ATA | | | | | | | R\$ 4.948.398,00 |

3.3. O(s) preço(s) registrado(s) corresponde(m) ao valor por item constante(s) da(s) proposta(s) de preços apresentada(s) no Pregão Eletrônico n.º **109/2020**, que faz parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

3.4. O(s) preço(s) do(s) item(ns) é(serão) fixo(s) e irrevogável(is), inclusive todos os custos e despesas de transporte, seguros, impostos e taxas de qualquer natureza sendo, porém, facultado a revisão do(s) mesmo(s) desde que verificada e comprovada alterações no mercado, e na forma estabelecida no Decreto Municipal n.º 17.959/2019.

3.5. Nas hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei n.º 8.666/93, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá promover o equilíbrio econômico-financeiro do instrumento contratual, mediante processo fundamentado e aceito pela Administração, conforme especificado na cláusula sexta deste Instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

4.1. Esta Ata de Registro de Preços, cuja minuta foi aprovada pela Procuradoria Geral do Município, bem como os preços nela registrados terão vigência de **06 (seis) meses**, a contar da data da



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

publicação no veículo de imprensa oficial do Município de Vitória, podendo ser prorrogada até 12 (doze) meses.

4.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

4.1.1.1. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, quando o preço decorrente de procedimento de licitação específico for igual ou superior ao registrado.

CLÁUSULA QUINTA – DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

5.1. O gerenciamento da Ata de Registro de Preços será de responsabilidade da SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO, que exercerá suas atribuições por intermédio da Subsecretaria de Gestão Administrativa e equipe que compõe o ÓRGÃO GERENCIADOR – SEGES, designados pela autoridade competente.

5.2. A execução dos atos decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão acompanhadas e fiscalizadas por representante(s) da Administração denominado(s) GESTOR(ES) DA ATA/FISCAL(IS) DE CONTRATO:

a) Na SEME: Rafael Vicente Leite (SEME/GGE/CANE) - Telefone: (27) 3225-2663;

5.3. O(s) Gestor(es) da Ata de Registro de Preços anotar(ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos atos e compromissos assumidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas, devendo comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR para registro de todas as ocorrências. As decisões e providências que ultrapassarem o limite de competência da fiscalização deverão ser solicitadas aos seus superiores para a adoção de medidas cabíveis.

5.4. A fiscalização da entrega será realizada pelo(s) servidor(es) acima, ou por outro servidor assim designado nos termos do Art. 67, da Lei. n.º 8.666/93, que deverá atestar o recebimento dos materiais.

5.5. Caso os produtos e/ou materiais não tenham sido entregues satisfatoriamente, a contratada deverá refazê-lo sem que lhe advenha desse ato qualquer ônus extra.

5.6. A fiscalização da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato não exclui a responsabilidade da empresa, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DA ATA E REVISÃO DE PREÇOS

6.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do Art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

6.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.3. Os fornecedores que não aceitam reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORNECIMENTO

7.1. Comprovada a vantagem, e segundo as conveniências da administração, os órgãos e unidades da administração direta do município sob o controle do ÓRGÃO GERENCIADOR, poderão solicitar o fornecimento dos produtos integrantes desta Ata de Registro de Preços.

7.2. Caberá ao ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante solicitação por escrito do órgão e/ou unidade interessada em adquirir o(s) produto(s) com preços registrados nesta Ata de Registro de Preços, a indicação do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR beneficiário do registro.

7.3. Comprovada a necessidade pelos órgãos participantes e/ou unidade da administração, o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR será previamente informado, através de Ofício ou outro meio de comunicação eficaz, acerca da abertura do processo de compra, devendo o mesmo acusar recebimento no prazo de 12 (doze) horas.

7.4. Havendo a concordância do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, será emitida a Autorização de Fornecimento (AF) e/ou Nota de Empenho.

7.5. Não ocorrendo manifestação do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, presumir-se-ão aceitas as condições e compromisso de fornecimento, devendo ser emitida a respectiva Autorização de Fornecimento (AF) e/ou nota de empenho, sendo que, o descumprimento acarretará na aplicação das sanções previstas neste instrumento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

7.6. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, porém, imediata e integral a cada solicitação de produto e/ou material por Autorização de Fornecimento (AF) e/ou nota de empenho, nos prazos estabelecidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou ÓRGÃOS PARTICIPANTES ou unidades requisitantes.

7.7. Os produtos/materiais deverão ser entregues em suas embalagens originais, contendo marca, fabricante, quantidade, informações de segurança, prazo de validade, tudo de acordo com a legislação em vigor, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.

7.8. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, quando da ocorrência do fornecimento deverá garantir a qualidade dos produtos e/ou materiais, devendo ainda, quando solicitado, substituir prontamente o produto que porventura não atenda aos requisitos firmados, sob pena das sanções cabíveis.

CLAUSULA OITAVA – DOS LOCAIS, PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

8.1. Por se tratar de Registro de Preços, o Município de Vitória não se obriga a adquirir dos licitantes vencedores, os itens relacionados, nem mesmo as quantidades indicadas no Anexo I;

8.2. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, porém, imediata e integral a cada solicitação de produto e/ou material por Autorização de Fornecimento – AF e/ou nota de empenho, nos prazos estabelecidos pelo(s) ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) ou unidade(s) requisitante(s).

8.3. Os prazos em que deverão ocorrer as entregas, e os quantitativos a serem fornecidos, serão informados na respectiva Autorização de Fornecimento a critério do ÓRGÃO GERENCIADOR, devendo ocorrer nos endereços constantes no ANEXO I.

8.4. No ato da entrega do produto, o prazo de VALIDADE apresentado na embalagem deverá ser de no mínimo 60% da validade total do mesmo.

8.5. Os kits de alimentação escolar deverão estar acondicionados em embalagens plásticas resistentes e padronizadas, de forma a não comprometer a qualidade dos gêneros alimentícios.

8.6. O cronograma de entrega poderá ser alterado sempre que necessário para atender o interesse público.

8.7. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta, conforme cronograma de entrega e horários, a serem apresentados pela Secretaria de Educação. A entrega deverá ocorrer diretamente nos locais indicados no cronograma, aguardando a conferência, assinatura do responsável da escola e carimbo da escola no COMPROVANTE DE RECEBIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS em três (03) vias.

8.8. A CONTRATANTE poderá solicitar com antecedência de vinte e quatro (24) horas a suspensão das entregas, em casos de realização de obras ou outros que atendam o interesse público.

8.9. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificados os motivos, nos termos do art. 57, § 1º e seus incisos da Lei nº 8.666/1993.

8.9.1. Para os fins previstos neste item a contratada deverá protocolar o seu pedido devidamente justificado antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

8.10. A responsabilidade da CONTRATADA, decorrente do presente instrumento, estará vinculada ao que dispõe a Lei nº 8.078, de 11/09/90 (Código de Defesa do Consumidor).



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

8.11. O quantitativo para cada entrega será definido pelo Requisitante, conforme a demanda.

8.12. Os produtos/materiais deverão ser entregues atendendo as especificações e exigências constantes no Termo de Referência, em suas embalagens originais, contendo marca, fabricante, procedência, prazo de validade, tudo de acordo com a legislação em vigor, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.

8.13. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, quando do fornecimento dos materiais deverá garantir a qualidade dos produtos, devendo ser estritamente observados os prazos de validade dos mesmos, devendo ainda, quando solicitado, substituir prontamente o produto que porventura não atenda aos requisitos contratados, sob pena das sanções cabíveis.

8.14. O recebimento será condicionado à conferência, exame qualitativo, quantitativo e aceitação final obrigando o licitante vencedor a reparar, corrigir, substituir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verifiquem defeitos ou incorreções.

8.15. O recebimento do(s) material(is) será(ão) realizado(s) com base nos Arts. 69, 73 e 76 da Lei 8.666/93 e obedecerá ao seguinte:

I. **PROVISORIAMENTE**, no ato da entrega, pelo setor de almoxarifado da unidade requisitante ou pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade;

II. **DEFINITIVAMENTE**, após a verificação de qualidade e quantidade e consequente aceitação pela unidade requisitante.

8.16. A aceitação do objeto será condicionada à conferência, exame qualitativo, quantitativo e aceitação final obrigando o licitante vencedor a reparar, corrigir, substituir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem defeitos ou incorreções.

8.17. A eventual reprovação dos produtos/materiais, em qualquer fase da sua entrega, não implicará em alteração nos prazos, nem eximirá o(s) compromissário(s) fornecedor(es) das aplicações das sanções pertinentes.

8.18. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR fará constar da nota fiscal os valores unitários e respectivos valores totais em conformidade com o constante da correspondente nota de empenho ou contrato, atentando para as inexatidões que poderão decorrer de eventuais arredondamentos.

8.19. A Prefeitura de Vitória não se responsabilizará pela guarda, armazenamento e danos causados aos bens rejeitados, sendo que os custos de sua substituição correrão exclusivamente a expensas do fornecedor.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas para suportar a(s) eventual(is) aquisição dos materiais/serviços com preços registrados nesta Ata de Registro de Preços correrão à conta da dotação orçamentária e fonte de recursos vigentes e devidamente consignados na ocasião da efetiva necessidade do fornecimento e instrução do processo respectivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, por entregas dos materiais aceitos, de acordo com a medição efetuada pela fiscalização do Contratante, através de conta corrente do fornecedor, no Banco por ele indicado, contados da data de entrega dos produtos ou execução dos serviços, constantes no verso da Nota Fiscal/Fatura emitida em 02 (duas) vias, juntamente com o instrumento de autorização, com visto do funcionário competente, do setor de recebimento definitivo da mercadoria, ou da comprovação da prestação dos serviços.

10.2. Na emissão da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR deverá descrever os produtos, com o nome específico de cada um, bem como o número do Processo, número do contrato (quando houver), da ordem de fornecimento e o quantitativo dos produtos efetivamente entregues.

10.3. A(S) NOTA(S) FISCAL(IS)/FATURA(S) DEVERÁ(ÃO) SER EMITIDA(S) COM A RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO COMPLETO DO ÓRGÃO REQUISITANTE, CONSTANTES NA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/ORDEM DE SERVIÇO.

10.4. Ocorrendo erro na(s) Nota(s) Fiscal(is) de Fornecimento(s)/Fatura(s) apresentadas, estas serão devolvidas ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação destas, devidamente corrigidas, ou de nova(s) Nota(s) Fiscal(is)/ Fatura(s), que substituirá(ão) aquela(s).

10.5. Para que o pagamento seja efetuado, a CONTRATADA deverá, a cada entrega mensal finalizada, protocolar, no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Vitória a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), os Comprovantes de Recebimento dos kits e a Planilha de Distribuição dos Gêneros Alimentícios.

10.6. No processo de pagamento deverá constar a primeira via do Comprovante de Recebimento dos kits Alimentícios de todas as Unidades de Ensino organizadas em ordem alfabética, separadas em Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) e Educação de Jovens e Adultos (EJA), devidamente preenchida, assinada e carimbada pelo gestor da Unidade de Ensino ou profissional por ele designado para tal função.

10.7. Não será efetuado o pagamento de valores correspondentes a produtos não entregues, ou entregues fora da conformidade, sem a providência da devida substituição, bem como as taxas que venham a incidir sobre esse valor.

10.8. Na emissão da(s) Nota(s) Fiscal(is), o(s) licitante(s) vencedor(ES) deverá(ao) descrever o serviço, obrigatoriamente, em conformidade com a descrição contida em sua proposta, bem como o número do processo licitatório.

10.9. Os ÓRGÃOS GERENCIADOR e/ou PARTICIPANTES poderá(ão) deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR em decorrência de inadimplemento deste contrato.

10.10. Os pagamentos poderão ser sustados pela Contratante nos seguintes casos:

a) Não cumprimento das obrigações assumidas que possam de alguma forma, prejudicar a Contratante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

b) Inadimplência de obrigações assumidas pela Contratada para com o Município de Vitória, por conta do estabelecido neste Edital;

c) Erros ou vícios na(s) Nota(s) Fiscal(is) de Serviço/Fatura(s).

10.11. Os pagamentos serão efetuados conforme disposto no item 10.1 desta Cláusula, e ficam condicionados à apresentação dos seguintes documentos:

a) Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta), expedida pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida;

b) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa, devidamente válida;

c) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa, devidamente válida;

d) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município de Vitória, devidamente válida;

e) Prova de Regularidade junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, devidamente válida;

f) Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, devidamente válida;

g) Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.

10.12. Com vistas a agilizar o procedimento, necessário se faz que a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) tragam consignadas o nº do processo que originou a contratação, o nº do contrato e dados bancários, com indicação do banco, agência e conta.

10.13. É vedada a antecipação de pagamentos sem a contraprestação do fornecimento.

10.14. A Contratante poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela Contratada em decorrência de inadimplemento deste Contrato.

10.15. É expressamente vedado ao licitante cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

10.16. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Administração do Município de Vitória em favor do FORNECEDOR.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. Constituem obrigações do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR:

11.1.1. Dispor de toda a infraestrutura necessária e adequada à realização do fornecimento do objeto do presente processo licitatório;

11.1.2. Manter o contrato em estreita observância com a legislação Federal, Estadual, Municipal, encargos trabalhistas, tributários e secundários incidentes sobre a execução;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

11.1.3. Fornecer os produtos, estritamente de acordo com as especificações descritas no edital e nesta Ata de Registro de Preços, bem como nos prazos e quantitativos estabelecidos pela unidade requisitante, responsabilizando-se pela substituição dos mesmos na hipótese de se constatar, quando do recebimento, estar(em) em desacordo com as referidas especificações;

11.1.4. Entregar o(s) material(is) no prazo preestabelecido e de acordo com as especificações;

11.1.5. Comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou CONTRATANTE através da Gerência de Relações Comerciais/Coordenação de Programação de Compras, e/ou aos Fiscais/Gestores da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, por escrito, e antes da comunicação pela administração da necessidade do material, existência e/ou ocorrência de fato superveniente que prejudique e/ou impossibilitem o cumprimento das responsabilidades assumidas;

11.1.6. Remover, às suas expensas, todo o material que estiver em desacordo com as especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

11.1.7. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

11.1.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Município de Vitória;

11.1.9. Fornecer e manter às suas expensas, todos os materiais de proteção e segurança dos trabalhadores indispensáveis para a execução do contrato, não sendo admitido o acesso de trabalhadores fora da conformidade com esta Ata.

11.1.10. Manter o entregador designado pela CONTRATADA devidamente uniformizado, no qual deverá constar a identificação da empresa, utilizando Equipamento de Proteção Individual (EPI), tais como touca, calça e calçado fechado, limpos e em boas condições de uso;

11.1.11. Responsabilizar-se total, direta e indiretamente, quanto a todas as despesas decorrentes da aquisição e fornecimento, bem como despesas com combustíveis, carga, descarga, armazenagem, frete, todos os impostos, mão de obra, taxas, contribuições, encargos sociais e laudos laboratoriais, se houver;

11.1.12. Responsabilizar-se pelo transporte dos gêneros alimentícios, utilizando-se de veículos, equipamentos e utensílios adequados, de forma a não comprometer a qualidade dos respectivos gêneros alimentícios;

11.1.13. De acordo com o Art. 70, da Lei 8.666/93, o contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

11.1.14. Comunicar imediatamente ao órgão fiscalizador, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências cabíveis;

11.1.15. A CONTRATADA deverá aguardar a conferência da quantidade e qualidade dos gêneros alimentícios, verificando o atendimento às especificações e demais Normas Técnicas, por 01 (um)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

servidor e 01 (uma) merendeira da Unidade de Ensino e registrar em campo próprio, conforme ANEXO II – A, as assinaturas e carimbo da Unidade de Ensino. Caso o Comprovante de Recebimento de Gêneros Alimentícios não seja assinado e carimbado pelos designados, o entregador se encontrará no direito de recusar a fazer a entrega do(s) material(is). Qualquer impropriedade nos produtos que enseje recusa em seu recebimento, deverá ser informada imediatamente à SEME/GGE/CANE;

11.1.16. A CONTRATADA deverá permitir o acesso dos técnicos das Secretarias participantes ao local de armazenamento dos produtos a serem entregues, para verificar as condições de atendimento à proposta:

11.1.17. As comunicações relativas ao presente contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta registrada, correio eletrônico ou fax, com a devida confirmação de recebimento e leitura;

11.2. Constituem obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou CONTRATANTE:

11.2.1. Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares necessários à execução da Ata de Registro de Preços e/ou contrato.

11.2.2. Controlar os saldos das Atas de Registro de Preços por órgãos participantes.

11.2.3. Instruir e gerenciar as solicitações de adesão consultando o fornecedor quanto ao interesse.

11.2.4. Consultar o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR antes da emissão do respectivo Empenho e Autorização de Fornecimento – AF quanto à disponibilidade dos produtos a serem adquiridos.

11.2.5. Autorizar a prorrogação de prazo de entrega de materiais após consulta ao órgão requisitante.

11.2.6. Proceder à abertura de processo com vistas à aplicação de penalidades quando a infração for relativa a descumprimento que afeta a toda a Ata de Registro de Preços.

11.2.7. Instruir e se manifestar nos processos de penalidade, quando solicitado pelo órgão competente quanto à conduta do Compromissário Fornecedor em relação à determinada Ata de SRP ou fornecimento sugerindo ainda a penalidade a ser aplicada após análise.

11.3. Constituem obrigações do GESTOR / FISCAL - ÓRGÃO REQUISITANTE:

11.3.1. Acompanhar direta e indiretamente a qualidade dos gêneros alimentícios, verificando o atendimento às especificações e demais Normas Técnicas. Cada Unidade de Ensino disponibilizará responsável pelo recebimento: 01 (um) servidor, preferencialmente profissional efetivo que compõe a equipe técnico-pedagógica (pedagogo e/ou coordenador de turno) ou pelo próprio diretor da Unidade de Ensino, ou na ausência deste, por profissional efetivo previamente credenciado pelo diretor e 01 (uma) merendeira escolar, que deverá comunicar, imediatamente, qualquer impropriedade à SEME/GGE/CANE;

11.3.2. Providenciar a abertura de processo de aquisição/contratação ao verificar a necessidade, sempre com prévia antecedência à sua utilização, visando a não paralisação dos serviços.

11.3.3. Proceder consulta da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista do compromissário fornecedor.

11.3.4. Verificar a existência de recursos financeiros para custear a aquisição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

11.3.5. Providenciar as inspeções dos fornecimentos, com vistas ao cumprimento dos prazos pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR e/ou CONTRATADO.

11.3.6. Atestar e receber os materiais efetivamente fornecidos de acordo com as cláusulas constantes da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato do qual este faz parte integrante.

11.3.7. Efetuar os pagamentos devidos ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR e/ou CONTRATADO, na forma estabelecida na Ata de Registro de Preços e/ou Contrato.

11.3.8. Autorizar a prorrogação de prazo de entrega de materiais quando solicitado pelo compromissário fornecedor e devidamente justificado.

11.3.9. Notificar o fornecedor quando da verificação de ocorrências, erros, falhas, atrasos, concedendo prazo para correção das pendências.

11.3.10. Proceder à abertura de processo solicitando a aplicação de penalidade e encaminhar à SEGES/SUB-ADM, quando a ocorrência referir-se ao fornecimento/contratação de sua Unidade Gestora / Secretaria requisitante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES INTERNOS E EXTERNOS

12.1. Em atendimento a Lei Municipal 8.753/2014, alterada pela lei nº 9.148/2017 e desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e nas seguintes condições:

12.1.1. Para os órgãos não participantes internos, a utilização da ata poderá ser feita por meio de remanejamento de saldo;

12.1.2. Excepcionalmente, em casos de relevante interesse público, desde que devidamente justificado e se não puder ser remanejado saldo suficiente para atender a demanda, as secretarias municipais que não participaram dos procedimentos iniciais poderão utilizar, mediante adesão, às atas de registro de preços firmadas pela municipalidade.

12.1.3. Para os órgãos não participantes externos, a utilização da ata poderá ser feita por meio de adesão, observadas as regras estabelecidas no Decreto nº 17.959/2019, e alterações, se houver, e conforme as instruções elencadas nos itens subsequentes.

12.2. Os órgãos externos que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, devendo, para tanto, observar as condições previstas no Decreto nº 17.792/2019 e alterações, quando houver.

12.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

12.4. As adesões a que se refere este artigo não poderão exceder ao quádruplo do quantitativo dos itens registrados na ata de registro de preços, independente da quantidade de órgãos aderentes.

12.5. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este subitem não poderão exceder, na totalidade, a cem por cento do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

12.6. As aquisições ou contratações adicionais ocorrerão apenas uma vez por órgão que não tenha participado do procedimento licitatório e não poderá ultrapassar os cem por cento previstos acima.

12.7. Após a autorização do órgão gerenciador e aceite por parte do compromissário fornecedor, as aquisições ou contratações adicionais para os órgãos não participantes deverão ser realizadas de forma imediata na sua integralidade.

12.8. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INCIDÊNCIAS FISCAIS

13.1. Os tributos que sejam devidos, em decorrência direta ou indireta da presente Ata de Registro de Preços, serão de exclusiva responsabilidade do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, assim definido nas Normas Tributárias.

13.2. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra de material, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, PENALIDADES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. O licitante fica sujeito à penalidade de Impedimento de licitar e contratar com o Município de Vitória e será descredenciado do sistema de cadastramento de fornecedores da PMV pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme art. 7º da Lei 10.520/2002 pelos seguintes motivos:

a) Não assinar a ata, injustificadamente (inexecução total): até 04 (quatro) anos, sendo que o prazo será definido com base no histórico da licitação (tempo decorrido da realização da disputa até sua convocação, influências do mercado nos valores, possibilidade de desistir da proposta antes da convocação, justificadamente, e outras agravantes ou atenuantes para dosimetria);

b) Deixar de entregar, injustificadamente, após a convocação, documentação exigida para o certame (desistência de proposta): até 01 (um) ano, sendo que o prazo será definido com base no histórico da licitação (tempo decorrido da realização da disputa até sua convocação, influências do mercado nos valores e outras agravantes ou atenuantes para dosimetria)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

c) Apresentar documentação falsa exigida para o certame: até 05 (cinco) anos, sendo que o prazo será definido dependendo da comprovação de que o licitante foi o responsável direto ou indireto pela apresentação; se tinha conhecimento da falsificação; se agiu com dolo ou culpa;

d) Ensejar, injustificadamente, o retardamento do objeto licitado (atraso injustificado): superior a 15 (quinze) dias até 30 (trinta) dias: até 01 (um) ano, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos;

e) Ensejar, injustificadamente, o retardamento do objeto licitado (atraso injustificado): superior a 30 (trinta) dias: até 02 (dois) anos, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos;

f) Falhar, injustificadamente na execução do contrato/ata de registro de preços (inexecução parcial ou total): até 02 (dois) anos, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, se a inexecução foi total ou parcial, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos.

14.2. Ao(s) Licitante(s) poderá(ão) ser aplicada(s) ainda a(s) seguinte(s) sanção(ões), além das responsabilidades por perdas e danos:

I. Multas – nos seguintes casos e percentuais:

a) Multa de Mora: Por atraso injustificado na entrega do item contemplado na Autorização de Fornecimento (AF) e/ou atraso injustificado na substituição dos produtos defeituosos em até 10 (dez) dias: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor total do produto entregue com atraso;

b) Multa de Mora: Por atraso injustificado na entrega do item contemplado na Autorização de Fornecimento (AF) e/ou atraso injustificado na substituição dos produtos defeituosos superior a 10 (dez) dias: 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do produto entregue com atraso;

c) Multa Compensatória: Por entregar em desconformidade, injustificadamente, o objeto contemplado na Autorização de Fornecimento: 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela entregue em desconformidade e possibilidade de cancelamento da ata;

d) Multa Compensatória: Por atraso injustificado na entrega do item contemplado na Autorização de Fornecimento (AF) superior a 20 (vinte) dias: 10% (dez por cento) sobre o valor do produto entregue com atraso, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho Total ou Parcial;

e) Multa Compensatória: Por recusa injustificada do adjudicatário em aceitar, receber ou retirar a Autorização de Fornecimento, e/ou solicitar, injustificadamente cancelamento da ata antes da emissão da Autorização de Fornecimento, uma vez que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida: 1% (um por cento) sobre o saldo não entregue da ata, com possibilidade de cancelamento da Ata;

f) Multa Compensatória: Por inexecução total injustificada da Autorização de Fornecimento – AF. Caracterizada pela verificação da não entrega do produto após 40 (quarenta) dias: 1% (um por cento), sobre o saldo não entregue da ata e possibilidade de cancelamento da Ata.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

g) Multa Compensatória: Por deixar de manter as condições de habilitação durante toda a vigência da ata de registro de preços/contrato, uma vez que caracteriza o descumprimento da obrigação assumida impossibilitando a contratação: 1% (um por cento) sobre o saldo da ata e possibilidade de cancelamento da ata.

II. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, nos casos de:

a) Fraude na execução da contratação;

b) Comportamento de modo inidôneo ou cometimento de fraude fiscal.

14.3. As multas previstas no inciso I do item 14.2 poderão ser descontadas, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso, com a devida anuência do fornecedor.

14.4. As sanções previstas no item 14.1 e no inciso I do item 14.2 poderão ser aplicadas em conjunto, facultada a defesa prévia do Licitante no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

14.5. As sanções previstas no item 14.1 e no inciso I do item 14.2 são de competência da Subsecretaria de Gestão Administrativa da Secretaria de Gestão, Planejamento e Comunicação, facultada a defesa prévia do Licitante, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

14.6. A sanção prevista no inciso II do item 14.2 é de competência do Secretário Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação, facultada a defesa do Licitante, no respectivo processo administrativo de penalidade, no prazo de 10 (dez) dias da notificação e abertura de vista.

14.7. A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CANCELAMENTO

15.1. O compromissário fornecedor terá o registro de seu preço cancelado pela Administração nas seguintes hipóteses:

a) Não cumprir as exigências da ata de registro de preços;

b) Não assinar o contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Por inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente, decorrente do registro de preços;

e) Sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do caput do Art. 87 da Lei nº 8.666/1993, ou no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

15.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV, deste artigo, será formalizado por decisão da autoridade competente do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo dada a devida publicidade por meio do veículo de imprensa oficial do Município.

15.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

15.3.1. Por razão de interesse público;

15.3.2. A pedido do fornecedor, desde que ocorra antes da consulta de disponibilidade por parte da Administração.

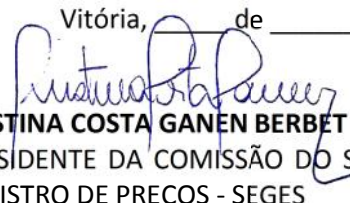
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal, Comarca da Capital, Vitória/ES, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da presente Ata de Registro de Preços.

E, por assim estarem acordadas, declaram as partes aceitar todas as condições estabelecidas nas cláusulas da presente Ata de Registro de Preços, que, após lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vitória, _____ de _____ de 2020.

THYARA DE CARVALHO F. DAMASCENO
AUTORIDADE COMPETENTE DA CENTRAL DE
LICITAÇÕES E CONTRATOS
P/ MUNICÍPIO DE VITÓRIA
P/ ÓRGÃO GERENCIADOR – SEGES


CRISTINA COSTA GANEN BERBET
PRESIDENTE DA COMISSÃO DO SISTEMA DE
REGISTRO DE PREÇOS - SEGES
P/ ÓRGÃO GERENCIADOR – SEGES

WANDERSON GILIARDI CAETANO PIRIS
VILA VITÓRIA MERCANTIL DO BRASIL LTDA
COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

ANEXO I

1. DA ENTREGA DOS PRODUTOS

1.1. Os prazos em que deverão ocorrer as entregas, e os quantitativos a serem fornecidos, serão informados na respectiva Autorização de Fornecimento a critério do ÓRGÃO GERENCIADOR, devendo ocorrer nos endereços constantes neste Anexo.

1.2. No ato da entrega do produto, o prazo de VALIDADE apresentado na embalagem deverá ser de no mínimo 60% da validade total do mesmo.

1.3. Os kits de alimentação escolar deverão estar acondicionados em embalagens plásticas resistentes e padronizadas, de forma a não comprometer a qualidade dos gêneros alimentícios.

1.4. O cronograma de entrega poderá ser alterado sempre que necessário para atender o interesse público.

1.5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta, conforme cronograma de entrega e horários, a serem apresentados pela Secretaria de Educação. A entrega deverá ocorrer diretamente nos locais indicados no cronograma, aguardando a conferência, assinatura do responsável da escola e carimbo da escola no COMPROVANTE DE RECEBIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS em três (03) vias.

1.6. A CONTRATANTE poderá solicitar com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas a suspensão das entregas, em casos de realização de obras ou outros que atendam o interesse público.

1.7. A CONTRATANTE poderá, durante a vigência da Ata de Registro de Preços e nas mesmas condições originais, incluir novos locais para o fornecimento, bem como acrescentar ou reduzir a correspondente quantidade, sem alteração do preço unitário, observados os limites da Lei 8.666/1993.

2. DOS ENDEREÇOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMEF) E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEI)

| EMEF | | | | | | |
|------|-------|-------------------------|---|---------------------------------------|------------------------|-----------|
| Nº | Sigla | EMEF | ENDEREÇO | NOME DO DIRETOR | TELEFONE | CELULAR |
| 01 | AA | Alberto de Almeida | Rod. Serafim Derenzi, 60 - Santo Antonio - 29026-470 | Wellington Luiz Taliuli | 3222-1731 | 8875-1761 |
| 02 | AB | Adão Benezarth | R. Profª. Clara Lima, 63 - Conj. Antônio Honório (Goiabeiras) | Dionésio Anito Teixeira Heringer | 3317-9955 3135-2157 | 8875-1805 |
| 03 | ABL | Aristóbulo Barbosa Leão | Av. Vitória, 3010 - Bento Ferreira - 29050-140 | Luis Carlos Salvadeu | 3227-4050 | 8875-1749 |
| 04 | ACM | Álvaro de Castro Mattos | Av. Dr. Pedro Feu Rosa, 180 - Jardim da Penha | Israel Scardua de Aquino | 3222-6807 | 8875-1763 |
| 05 | ACS | Arthur da Costa e Silva | R. Pres. Rodrigues Alves, 255 - Bairro República - | Cristiane Bittencourt Castelano Rocha | 3327-1454 | 8875-1721 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

| | | | | | | |
|----|-------|-----------------------------------|---|--|------------------------|-----------|
| | | | 29072-610 | | | |
| 06 | AMS | Amilton Monteiro da Silva | Av Dário Lourenço de Souza, 752 – Stº Antonio | Helen Marcia Barbosa Silva | 3332-5935 | 8875-1811 |
| 07 | AS | Alvimar Silva | Rua Miguel Pessoa, Mário Cypreste, S/N | Flávia Cleide Soares de Souza | 3223-1804 3323-3765 | 8875-1752 |
| 08 | ASC | Adilson da Silva Castro | R. João Vieira, 50 Ilha de Monte Belo – CEP 29053-220 | Mônica Noronha Grillo de Souza Vitor | 3322-7734 | 8875-1756 |
| 09 | ASFA | Adevalni S. Ferreira de Azevedo | R. Vitorino Cardoso, 140 - Jardim Camburi - 29090-820 | Elenir Borlot Souza Barbosa | 3337-3215 | 8875-1802 |
| 10 | ASL | Anaclea Schneider Lucas | R. Coronel Alziro Viana - s/n - Fonte Grande - 29016-010 | Priscylla Xavier Fernandes | 3222-0183 | 8875-1754 |
| 11 | CAA | Ceciliano Abel de Almeida | R. Dr. Arlindo Sodré, s/n - Itararé | Carolina Meireles Rosenberg | 3325-4655 | 8875-1789 |
| 12 | CB | Castelo Branco | Av. Jurema Barroso, 130 - Ilha do Príncipe - 29020-430 | Vânia Lúcia Tozzatto | 3223-0072 | 8875-1782 |
| 13 | CDC | Custódia Dias de Campos | R. Santa Rita de Cássia, s/n - Bairro de Lourdes - | Sidnea da Silva Freitas Miranda | 3322-1262 | 8875-1762 |
| 14 | ELZ | Éber Louzada Zippinotti | R. Natalina Daher Carneiro, 815 - Jardim da Penha - 29060-490 | Giovana Aparecida Velame | 3235-1082 | 8875-1760 |
| 15 | EMSG | Edna de Mattos Siqueira Gaudio | R. Afonso Sarlo, 75 - Jesus de Nazareth – 29050-790 | Maria Aparecida Rodrigues Campos Salzani | 3325-2980 | 8875-1815 |
| 16 | EPS | Eunice Pereira Silveira | Av Cel José Martins de Figueiredo, 45 -Tabuazeiro | Cirlane ara Natal | 3314-0726 | 8875-1799 |
| 17 | ERS | Eliane Rodrigues dos Santos | R. Felicidade Correia dos Stos, 620 - I. das Caieiras - 29030-560 | Washington Luiz Alves Saldanha | 3322-5575 | 8875-1757 |
| 18 | EVS | Elzira Vivacqua dos Santos | R. Italina Pereira Motta, 501 - Jardim Camburi - 29090-370 | Dalva Regina Azeredo Gama | 3337-6099 | 8875-1700 |
| 19 | FLA | Francisco Lacerda de Aguiar | R. Guilherme Bassini, 400 - São Pedro I - 29030-015 | Elizeu Moreira dos Santos | 3323-8913 | 8875-1783 |
| 20 | HAJM | Heloisa Abreu Júdice de Mattos | R. Manoel F. Constantino, 400 - Bela Vista - 29035-200 | Rita de Cassia Perini Teixeira Costa | 3322-3663 | 8875-1803 |
| 21 | IJSSL | Irmã Jacinta Soares de Souza Lima | R. Hermes Curry Carneiro, 312 – Ilha de Santa Maria | Denise Fernandes da Silva | 3222-2448 | 8875-1735 |
| 22 | IMS | Izaura Marques da Silva | Av. Leitão da Silva, 3291 - Andorinhas - 29045-205 | Marlene Busato | 332 5-5039 | 8875-1764 |
| 23 | JAM | José Áureo Monjardim | Lad. Modesto de Sá Cavalcante, 163 - Fradinhos - 29042-560 | Eliane mara da Silva Campos | 3223-3944 | 8875-1728 |
| 24 | JB | João Bandeira | R. Dr. Américo de Oliveira, | Marilza Elias Serrano | 3227-9932 | 8875-1806 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

| | | | | | | |
|----|------|-----------------------------------|---|--------------------------------------|------------------------|-----------|
| | | | 421 - Consolação - 29050-020 | Leão | | |
| 25 | JKO | Juscelino Kubitschec de Oliveira | Av. Jerônimo Vervloet, 880 - Maria Ortiz - 29070-350 | Alcione gabriel Dias | 3327-1394 3327-1926 | 8875-1786 |
| 26 | JLM | José Lemos de Miranda | Rod. Serafim Derenzi, 3286 - Condusa - 29030-001 | Lauro Santos Brandão | 3322-3064 | 8875-1747 |
| 27 | LB | Lenir Borlot | Rua do Acordo, 100 CEP 29030-050 – S. Pedro I | Maria Aparecida Helmer | 3332-2083 | 8875-1793 |
| 28 | MA | Moacyr Ávidos | Rua: Jurema Barroso, 58 - Ilha do Príncipe - 29020-430 | Martha Luzia Cezana Gonzaga | 3222-4287 3223-0838 | 8875-1723 |
| 29 | MB | Mauro Braga | R. Guilherme Meyer, 12 - Santa Tereza - 29025-030 | Denize Casagrande Andrade | 3223-0970 | 8875-1769 |
| 30 | ME | Marieta Escobar | R. João Batista Martinho, 85 - Santa Marta - 29045-150 | Mynéia Lucy Leite Ribeiro | 3382-6739 | 8875-1727 |
| 31 | MMOD | Maria Madalena Oliveira Domingues | R. Carlos Delgado Guerra Pinto, 450, Jardim Camburi | Marta Valéria dos Santos | 32372117 | 8875-1790 |
| 32 | MMM | Marechal Mascarenhas de Moraes | Av. Jerônimo Vervloet, 560 - Maria Ortiz - 29070-350 | Ivete da Costa Nunes | 3327-0865 | 8875-1748 |
| 33 | MSN | Maria Stella de Novaes | Travessa 8 de Julho, 302 - Grande Vitória - 29035-260 | Claudia Fia Garcia Lauriano | 3322-2964 | 8875-1736 |
| 34 | NNG | Neusa Nunes Gonçalves | R. do Caju, 249 - Nova Palestina - 29030-015 | Eleilson Grosman de Oliveira | 3233-1966 | 8875-1791 |
| 35 | ODAL | Orlandina D'Almeida Lucas | R. Luiz Gomes Tavares, 95 - São Cristóvão - 29048-250 | Romilda Martins telles | 3324-8330 | 8875-1726 |
| 36 | OEJ | Otto Ewald Júnior | R. Daniel Abreu Machado, 302 - Itararé - 29047-540 | Florisleia Barcelos de Aquino Moura | 3235-8442 | 8875-1814 |
| 37 | OL | Otacílio Lomba | R. Adolfo Cassoli, 198 - Maruípe – CEP 29043-040 | Cassia Guidoni | 3315-2094 | 8875-1798 |
| 38 | PA | Prezideu Amorim | R. Dr. Aluísio de Menezes, 220 - Bonfim - 29047-090 | Aguinaldo Rocha de Souza | 3322-1878 | 8875-1737 |
| 39 | PAN | Padre Anchieta | Av. Alberto Torres, 299 - Ilha de Santa Maria - 29040-700 | Jussara Lia Poletti | 3223-3999 | 8875-1733 |
| 40 | PRNF | Paulo Reglus Neves Freire | R. Manoel Ferreira Constantino, 50 Chacara Aliança Inhanguetá | Vera Lucia Martinelli | 3322-2701 | 8875-1745 |
| 41 | PRVG | Paulo Roberto Vieira Gomes | R. Tenente Setúbal s/n.º - São Benedito | Sirlei Conceição Caetano Conopca | 3315-4853 | 8875-1751 |
| 42 | RCO | Rita de Cássia S. Oliveira | Rua São Sebastião, s/n - Resistência - 29032-545 | Elaine Cristina Vieira Mota de Paula | 3215-2936 | 8875-1787 |
| 43 | RMS | Profª. Regina Maria Silva | Rod. Serafim Derenze, s/n CEP 29.026-470 | Claudia Monteiro Gonçalves Barreto | 3223-1538 | 8875-1796 |
| 44 | RS | Ronaldo Soares | R. América do Sul, 02 – | Vilma Vittorazzi de | 3345-9112 | 8875-1788 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

| | | | Resistência - | Tassis | | |
|----|------|-----------------------------------|--|--|-----------|-----------|
| 45 | SC | Suzete Cuendet | Rua Otto Ramos, 69 - Maruípe - 29043-750 | Rubia Dias Fraga Xibili | 3223-9888 | 8875-1755 |
| 46 | SVP | São Vicente de Paulo | R. Muniz Freire, 133 - Centro - 29015-140 | Claudia Vieira Kuffer Chagas | 3223-4271 | 8875-1729 |
| 47 | TAN | Tancredo de Almeida Neves | Av. Central, 285 - São Pedro III - 29030-070 | José Gomes de Oliveira Filho | 3322-2969 | 8875-1732 |
| 48 | UFES | Experimental de Vitória - UFES | Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário - 29060-900 | Luciana Nascimento Castelo da Silva | 3227-4833 | 8875-1781 |
| 49 | VSP | Vercenílio da Silva Pascoal | R. José Martins de Lazaré, 200 - Joana D'Arc - 29048- 075 | Maria Luiza de Lima Marques | 3325-5152 | 8875-1740 |
| 50 | ZA | Zilda Andrade | Av. Hermínio Blackman, 778 - Bairro da Penha - 29047-200 | Eliane Rodrigues Marques | 3227-7139 | 8875-1797 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

| CMEI | | | | | | |
|------|-------|--|---|-----------------------------------|------------------------|------------|
| 1 | ABS | Aécio Bispo dos Santos | R Maria da Paixão dos Santos S/N, Jaburu | Leida da Penha Valbusa | 3135-1005 | |
| 2 | AFL | Alvaro Fernandes Lima | R.Manoel Ferreira Constantino,s/nº – Bela Vista | Daisiany C. Dos Santos Peregrinne | 3332-1432 | 8875-1773 |
| 3 | AMCC | Ana Maria Chaves Colares | Rua Osvaldo Bastos de Souza Freitas nº 380, Jardim Camburi – CEP 29090-450 | Sandra Patricia Mello Fantin | 3337 9027 | 8875-1744 |
| 4 | AST | Anísio Spínola Teixeira | R.América do Sul, 12 – Resistência – CEP 29030-050 | Karine Aparecida da Cruz | 3325 9079 3325 9254 | 8875-1724 |
| 5 | CCP | Carlita Corrêa Pereira | R. Filomeno Ribeiro, 221 - Morro da Piedade - CEP 29016-130 | Silvana Souza Carmo dos Santos | 3322 0729 | 8875-1715 |
| 6 | CAMS | Prof. Carlos Alberto Martinelli de Souza | R. José Barroso, S/N – Consolação - CEP | Elisamara Chagas trindade Diorio | 32150446 | 988184393 |
| 7 | CM | Cecília Meireles | R. Francisco Rubim, 680 - Ilha de Monte Belo - CEP 29052-260 | Marli Secchin Bissoli | 3322 2045 | 8875-1711 |
| 8 | CB | Prof. Cida Barreto | Av. Saturnino Rangel Mauro, 725Jardim da Penha - Vitória. Cep: 29060-770 | Keila Madeira Pereira | 3135-1029 | 98875-1773 |
| 9 | DCM | Darcy Castello de Mendonça | R. Francisco Araújo Machado,11 Conj. Antônio Honório – CEP 29072-440 | Gabriela Arrebola Nunes | 3327 0469 | 8875-1709 |
| 10 | DV | Darcy Vargas | Rod. Serafim Derenzi, 610 - Sto Antônio CEP 29026-470 | Vânia Martins Teixeira Leite | 3222 1878 | 8875-1704 |
| 11 | DJBMA | Dom João Batista da Motta e Albuquerque | Lad. Anthero Baido, 110 - Praia do Suá Alto Santa Helena - CEP 29052-220 | Karla Denise Coelho Silva | 3325 8407 | 8875-1768 |
| 12 | DS | Dr. Denizart Santos | R. Jurema Barroso, 215 - Ilha do Príncipe CEP 29020-430 | Marlúcia dos Santos Reverte | 3322 1033 | 8875-1775 |
| 13 | EMSB | Eldina Maria Soares Braga | R. Presidente, 103 -Grande Vitória CEP 29033-160 | Silvana Ribeiro de Oliveira | 3322 3362 | 8875-1746 |
| 14 | EP | Ernestina Pessoa | R. Pe. José de Anchieta, s/nº - Centro CEP 29015-090 | Patricia Lopes Tonini | 3222-1792 | 8875-1801 |
| 15 | GTF | Georgina da Trindade Faria | Rod. Serafim Derenzi, 5000 - Bairro São José São Pedro III-CEP 29030-001 | Clarisse Oliveira da Rocha Fontan | 3323 9336 | 8875-1713 |
| 16 | GCM | Geisla da Cruz Militão | Rod. Serafim Derenzi, 4.724 – Conquista | Paulo Sérgio Máximo | 3332-6766 | 8875-1716 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

| | | | | | | |
|----|-------------|-----------------------------------|---|---|------------------------|-----------|
| 17 | GAR | Gilda de Athayde Ramos | R. do Acordo, 100 - São Pedro I CEP 29030-490 | Margarete maria Fiorin | 3322 2766 | 8875-1720 |
| 18 | JFSS | Jacyntha Ferreira de Souza Simões | R. José Alves, s/nº - Goiabeiras I CEP 29075-080 | Anadia Pauzen Ferreira | 3327 0465 | 8875-1779 |
| 19 | JPA | João Pedro de Aguiar | R. Júlia Lacourt Penna, Jardim Camburi CEP 29090-210 | Geralda Maria de Assis | 3337 3316 3337 5199 | 8875-1734 |
| 20 | LMC | Laurentina Mendonça Corrêa | R. Profª. Anísia Corrêa Rocha, 120 - Consolação – CEP 2904480-3224 3320 | Maria Christine Araujo Souza | 3325 3188 | 8875-1765 |
| 21 | LRF | Lídia Rocha Feitosa | R. Boa Vista, s/nº - Jesus de Nazareth – CEP 29052-140 | Zilda Rodrigues | 3325 4240 | 8875-1778 |
| 22 | LRF (anexo) | Lídia Rocha Feitosa | R. Boa Vista, s/nº - Jesus de Nazareth – CEP 29052-140 | Zilda Rodrigues | 3325 4240 | 8875-1778 |
| 23 | LCG | Luiz Carlos Grecco | Lad. Manoel Mindella, 340 Ilha de Stª Maria CEP 29040-530 | Viviane Cosme de Oliveira | 3322 2162 | 8875-1741 |
| 24 | LPMC | Luiza Pereira Muniz Corrêa | Av. Dário Lourenço de Souza, 760 - Bairro Mário Cypreste – 29026-080 | Henrique Martins de Souza | 3322 3383 | 8875-1785 |
| 25 | MDMC | Magnólia Dias Miranda Cunha | R. da Coragem, s/nº - Ilha das Caieiras - CEP 29030-475 | José Amilton Andrade Barros | 3322 3720 | 8875-1777 |
| 26 | MGCC | Maria Goretti Coutinho Cosme | R. Lisandro Nicoletti, 199 - Jucutuquara - CEP 29042-500 | Eliana Alves Ramos | 3222 3398 | 8875-1722 |
| 27 | MNM | Maria Nazareth Meneguelli | R. Léa, s/nº - Andorinhas - CEP 29045-145 | Juverci Fonseca Bitencourt | 3325 5425 | 8875-1717 |
| 28 | MOS | Marlene Orlande Simonetti | Pça. Terezinha Grecchi, s/nº, Bairro República CEP 29075-360 | Helen Cristina Correia | 3327 4410 3327 0116 | 8875-1730 |
| 29 | NSB | Nelcy da Silva Braga | João Azevedo, 97 – Maruípe | Priscilla Zamprogno Harrigan | 3225 8843 | 8875-1703 |
| 30 | ONA | Ocarlina Nunes Andrade | R. Luiz Gomes Tavares, s/nº - São Cristóvão CEP 29048-250 | Maria da penha Coelho dos Santos | 3325 5433 | 8875-1738 |
| 31 | OS | Odila Simões | R. São João, 639 – Morro do Quadro CEP 29025-160 | Lilian Magione de Souza | 3332 6037 | 8875-1774 |
| 32 | PCB | Professora Cida Barreto | R. Saturnino Mauro Rangel, s/n – Jardim da Penha | Celia Regina Smarzaró Siqueira Campos | 31351029 | - |
| 33 | PGB | Padre Giovanni Bartesaghi | R. Felicidade Correia dos Santos, 300 Ilha das Caieiras - CEP 29030-470 | Cristiane Lima Pacheco | 3322 3497 | 8875-1780 |
| 34 | PFR | Pedro Feu Rosa | R Aluisio de Menezes, 298 – Bonfim - 29047-090 | Simone Minchio Moreira | 3223-9369 | 8875-1771 |
| 35 | RR | Reinaldo Ridolfi | R. Prof. Renato Ribeiro dos Santos, 265 Maria Ortiz - CEP 29070-310 | Maria Aparecida Rodrigues da Costa Santos | 3327 0473 | 8875-1706 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

| | | | | | | |
|------|------|--|---|------------------------------------|------------------------|------------|
| 36 | RJNP | Robson José Nassur Peixoto | Escad. Ilma de Deus, 155 - Forte São João | Rosana Buazi Ribeiro | 3322 0265 | 8875-1770 |
| 37 | RB | Rubem Braga | R. Lauro Cunha Freire, nº 87 Ilha de Monte Belo – CEP 29052-260 | Adriana Gaudio Moraes Dutra | 3323 1620 | 8875-1810 |
| 38 | RDA | Rubens Duarte de Albuquerque | Travessa Daniel Abreu Machado, 811 Alto Itararé – CEP 29052-121 | Flavio de Leon Santos Scherer | 3324 6533 | 8875-1784 |
| 39 | RJVG | Rubens José Vervloet Gomes | R. Osvaldo Bastos de Souza Freitas, 380, Jardim Camburi – CEP 29090-450 | Terezinha Pinheiro de Souza | 32372022 | 99451352 |
| 40 | SSRR | Silvanete da Silva Rosa Rocha | R. Deputado Clério Falcão, nº 150a – Bairro Condusa | Gislaine de Aquino Prado Pereira | 3233-7586 3332-1193 | 8875-1795 |
| 41 | SP | Sinclair Phillips | Servidão Vitória Sant'Anna Ribeiro, 30 Caratoira -CEP 29025-590 | Raquel Alves Wandekocken | 3322-2444 | 8875-1800 |
| 42 | TVS | Terezinha Vasconcelos Salvador | Av. Vitória, 19 – Bento Ferreira CEP 29050-000 | Fabiola Loureiro da Silva Pimentel | 3322-2148 | 8875-1776 |
| 4544 | TT | Thomaz Tommasi | R. Antonio Alves Batista, 97 - Joana D'Arc CEP 29048-020 | Lucien Lopes Rosa Carriço | 3325-5086 | 8875-1750 |
| 45 | VPAR | Valdívia da Penha Antunes Rodrigues | R. São Marcos,55 - Santos Dumont, CEP 29042-670 | Ivete Frederico Rocha Pereira | 3132-7176 | 8875-1758 |
| 46 | YLS | Yolanda Lucas da Silva | R. dos Canoeiros, 339 - Inhanguetá | Zenaira Pereira Ramos | 3323-7774 | 8875-1731 |
| 47 | ZVA | Zélia Vianna de Aguiar | R. José Farias, s/nº - Santa Luiza | Roberta Virginia Louzada | 3227-4848 | 8875-1812 |
| 48 | ZGMC | Zenaide Genoveva Marcarini Calvalcanti | R. Pedro Feu Rosa S/N - Jardim da Penha | Claudia Cazotto Vieira | 3227-1965 | 8875-1708 |
| 49 | ZAM | Zilmar Alves de Mello | R. São Felipe, s/nº - Bairro Nova Palestina CEP 29030-190 | Betânia Monteiro Vasconcellos | 3215 1399 3332-7039 | 8875-1767 |
| 50 | SML | Sophia Musengny Loureiro | Rua João José de Souza, S/N, Bairro da Penha | | 3317-3572 | 99775-5972 |
| 51 | - | Brincarte Reistência | R. São Sebastião, nº 80 Resistência CEP 29032-545 | Andreia Maria Corrêa da Silva | 3315-8560 | 9972-5057 |
| 52 | - | Brincarte Goiabeiras | R. Profª Doralice de Oliveira Neves nº 350 Maria Ortiz | Solanje Aparecida dos Reis Cardoso | 3317-8460 | 9813-6995 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

3. DO MODELO DE COMPROVANTE DE RECEBIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

NOME DA EMPRESA

COMPROVANTE DE RECEBIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

| Pregão Eletrônico nº ____/2020 | | | | | EMEF e EJA/CMEI(Descrever a SIGLA) | | | |
|--------------------------------|---------------------|----------------|--------|-------|------------------------------------|----------------|-------------------------|-----------------------------------|
| Data Emissão: ____/____/2020 | | | | | Entrega número _____ | | | |
| ENTREGADOR | | | | | RECEPTOR | | | |
| Item | Quantidade Expedida | Unidade Medida | Gênero | Marca | Quantidade Recebida | Unidade Medida | Data/Hora | Assinatura legível do responsável |
| 1 | | | | | | | __/__/20__ __h:__min | |
| 2 | | | | | | | __/__/20__ __h:__min | |
| 3 | | | | | | | __/__/20__ __h:__min | |
| 4 | | | | | | | __/__/20__ __h:__min | |
| 5 | | | | | | | __/__/20__ __h:__min | |

Declaro ter recebido todos os itens acima descritos, na quantidade solicitada, em perfeitas condições de consumo.

Diretor(a)/Coordenador(a)/Pedagogo(a)
Assinatura/Carimbo

Nome do Entregador
Assinatura/Carimbo

Endereço completo da empresa
CNPJ e telefone contato

1ª via (Processo Administrativo), 2ª via (Unidade de Ensino) e 3ª via (Empresa)

